

CRÔNICA DE UM DESMANCHE ANUNCIADO

Aproxima-se o final do terceiro e penúltimo ano do mandarinato de M.A. Zago e V. Agopyan (2014-2017). A julgar pelo ritmo acelerado que imprimiram aos seus últimos “pacotes”, o da “Nova CPA” e o do “combo” Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) 2 & Programa de Incentivo à Redução da Jornada (PIRJ), reitor e vice procuram certificar-se de que deixarão como legado uma obra duradoura: o desmanche da Universidade de São Paulo tal como a conhecemos.

Para justificar o corte de servidores, o reitor apresenta contas de padaria. Exigir que o Palácio dos Bandeirantes dê às universidades públicas estaduais pelo menos o mesmo tratamento concedido às prefeituras, de modo a efetuar o repasse do ICMS tendo como base de cálculo o total do produto? Nem pensar. Lutar para que o governo Alckmin majore o repasse, de 9,57% da Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE) para os modestos 9,90% propostos pelo próprio Cruesp, em contrapartida à enorme expansão das instituições? Nem isso. Há que cortar na carne, repete M.A. Zago.

Principal alvo do ajuste fiscal conduzido pela Reitoria já no primeiro ano do mandarinato, o quadro de pessoal do Hospital Universitário (HU) sofreu tão grave sangria após a primeira edição do PIDV que, na segunda edição aprovada na sessão de 12 de julho do Conselho Universitário (Co), inseriu-se um dispositivo vedando a inclusão de profissionais de saúde no programa. Ainda assim, o HU continua na mira de M.A. Zago, que na ocasião fez questão de citá-lo como fator negativo, pois “consome 11% da folha”!

Qual patinho feio, o HU não importa ao reitor, que atropela até mesmo o parecer da comissão por ele criada com o fim de analisar a proposta de desvinculação desse equipamento, comissão que, ao cabo dos trabalhos, rejeitou firmemente e por unanimidade o irresponsável projeto da Reitoria (<http://goo.gl/bt0lNz>). E o que dizer do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), referência internacional em fissura labiopalatal, subitamente desmembrado da USP e atirado ao limbo das “entidades associadas”? Destino mais trágico, somente o da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), condenada, no que depender do mandarinato, a conviver com os 109 mil m³ de terras contaminadas lá depositadas com a anuência do então diretor J.J.Boueri Filho, “rigorosamente punido” pela Reitoria com 120 dias de suspensão (vide <http://goo.gl/myj6Ja> e <http://goo.gl/LVRmA0>).

A presente edição oferece amplo material sobre o desmanche em curso na USP, que atinge áreas tão diversas como a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, as mídias próprias da instituição e as creches. Destaque especial receberam a nova carreira docente e a nova avaliação, irmãs siamesas em vias de serem impostas pela Reitoria.

A “Nova CPA” e as adaptações que trouxe consigo (“Estatuto do Docente”) representam mais que um mero detalhe no projeto capitaneado por M.A. Zago e V. Agopyan. Aqui não se trata apenas de poder reduzir livremente o contingente de professores em dedicação exclusiva (RDIDP) para com isso conter despesas, mas igualmente de — por meio da avaliação centralizada em comissão hipertrofiada — apertar o garrote sobre docentes, congregações e departamentos rebeldes. Pretendem os mandarins instaurar uma espécie de *paz dos cemitérios*, calando os espíritos livres e indômitos sem os quais nenhuma universidade é digna desse nome.